

Índios e sertanejos iniciam a defesa da Ilha do Bananal

Objetivando levantar um debate à nível nacional, sobre a grave situação atravessada por índios e sertanejos da Ilha do Bananal, vai se reunir na próxima terça-feira, dia 10, em Brasília, a Comissão "Ilha do Bananal". É integrada por antropólogos, Conselho Indigenista, Movimento em Defesa da Amazônia, de Goiânia e Brasília, Prelazia de São Félix do Araguaia, Universidade Católica de Goiás, Comissão Pastoral da Terra, Associação Nacional de Apoio ao Índio, Sociedade Brasileira de Indigenismo, parlamentares e jornalistas.

Para o debate inicial, que se realizará na sede da Ascad, no Distrito Federal, à Av. L-2 Sul, quadra 610 -C, estão sendo convocados "todos os que não pactuam com o lento genocídio do Povo Karajá; todos os que reconhecem o direito dos sertanejos moradores da Ilha a um pedaço de terra para sobreviver; e todos os que ainda não perderam a sensibilidade humana e são capazes de se indignar com a devastação da Amazônia".

SITUAÇÃO ATUAL

Em entrevista concedida à imprensa, ao anunciar o debate, na Comissão Pastoral da Terra, em Goiânia, o escritor Pedro Terra salientou que esse movimento nasceu sob inspiração de D. Pedro Casaldáliga, preocupado com

o grave problema que está acontecendo. Em destaque maior, dentro de suas preocupações, a fria estatística assinalando que em 1910, o número de índios Karajás era de 10 mil, caindo para 4 mil em 1948 e reduzindo-se para apenas 1.500 segundo a última pesquisa realizada, dados que deixam bem claro o autêntico genocídio que está sendo praticado.

De trinta anos para cá, segundo Terra, com o consentimento das autoridades federais, através da Fundação Nacional do Índio, começou a entrada de sertanejos na área sul da Ilha, onde se situa o Parque Indígena dos Karajás e Javaés, iniciando-se o processo de descaracterização daquelas tribos. Os sertanejos vinham de vários pontos do país, notadamente do Estado do Maranhão, onde o problema da terra é um dos mais graves do país. Isso não impedia que para a Ilha afluissem posseiros de Formoso do Araguaia, Gurupi, Cristalândia, Pium, Paraíso do Norte e mesmo do nordeste do país, todos com os mesmos problemas, aproveitando o consentimento da Funai. O próprio Serviço de Proteção ao Índio ignorou a manobra e a Funai passou a cobrar, no início, uma Taxa de Ocupação, convertida em imposto, a partir de 1969, contrariando o próprio Estatuto do Índio, ao salientar que "é vedada qualquer atividade econômica

dentro de território indígena". Esse imposto era cobrado sobre arame estendido, metro quadrado de área construída e cabeça de gado criada.

Havia então, segundo Terra, uma dupla ilegalidade. A primeira consubstanciada na entrada de não índios no Parque Indígena e a segunda ao se converter a ilegalidade da entrada de sertanejos e criadores num meio de vida, cobrando pelas suas permanências. A Ilha, a partir de então, passou a ser utilizada naquela região como uma espécie de inverno, com os grandes fazendeiros utilizando seus pastos para a boiada, passando anualmente por lá mais de 150 mil reses. Em 1979, o imposto cobrado era da ordem de quatro cruzeiros por metro de arame esticado, quatro cruzeiros por metro quadrado de área construída e 37 cruzeiros por cabeça de gado. Hoje as taxas se modificaram, sendo de 10 cruzeiros por metro de arame esticado, 20 por área construída e 480 cruzeiros por cabeça de gado, o que foge à possibilidade dos sertanejos, beneficiando os grandes fazendeiros. Com essa taxação, a Funai está decretando a expulsão de 14 mil sertanejos da Ilha, que não têm condições de efetuar esse pagamento, em benefício dos grandes empresários que a partir de então terão uma área infinitamente maior para converter em invernadas.

PARA ONDEIR?

Em face ao exposto, criou-se um clima de intranquilidade e segurança na Ilha, que será denunciado no debate inicial do problema. Todo sertanejo sabe que a área é indígena e, como tal, não tem direito à indenização. Resta o problema: para onde ir, após esse despejo altamente ilegal. O próprio Governo é quem terá que responder a esta indagação. Daí surge a importância dessa reunião de terça-feira, procurando-se encontrar uma fórmula de assegurar o direito desses trabalhadores à terra, em qualquer outra parte, assegurando-se paralelamente a preservação da população indígena ameaçada de extinção, exigindo-se da Funai que respeite esses direitos e faça cumprir o Estatuto do Índio, devolvendo uma área que por direito lhe pertence, assegurando, por outro lado, uma terra hábil e suficiente para que esses sertanejos ameaçados possam viver. Neste último caso, banidos da Ilha, o destino dos lavradores é engrossar a miséria nas cercanias das grandes cidades, criando-se uma situação não desejada pelo Governo.

Reuniões preparatórias, envolvendo índios e sertanejos, foram realizadas na Ilha, nos povoados de São João dos Javaés, Barreira do Pequi e Mata do Adontino.

Ficou patente, nessas ocasiões, que não há conflitos ou qualquer divergência entre as duas categorias ameaçadas, havendo união, em torno de graves denúncias feitas contra os fiscais da Funai.

PROBLEMAS PARALELOS

Hoje a Ilha, na parte relacionada ao Parque Indígena, é uma grande capoeira, onde outrora era só pasto e mata. A fauna e a flora estão igualmente dizimadas. Jacarés e pássaros ainda resistem e o resto está em fase de extinção. Caminhões frigoríficos saem da Ilha carregados de peixes de todas as espécies, beneficiando grandes empresas, pescados pelos próprios indígenas que se vêm coagidos a esta atividade por diversos fatores. A matéria prima para o artesanato indígena está também em fase de extinção, principalmente a palmeira utilizada para o trançado de cestos. Este ano a enchente foi a mais violenta já presenciada, atingindo extensas regiões, tendo em em vista o desmatamento indiscriminado que é feito, muitas áreas se transformado em regiões alagadiças. A presença de grandes projetos agropecuários próximos, também pode ser responsável pela situação, além dos grandes aterros para abertura de estradas, que conspiram contra a integridade física da Ilha.

Duas estradas. Qual o destino?

Duas grandes estradas estão sendo construídas na região, a primeira partindo de Porangatu, passando por Araguaçu e chegando à Barreira do Pequi; a segunda iniciando-se na Belém-Brasília, atingindo Formoso do Araguaia e chegando à ilha, na altura de São João do Javaés, onde se afirma vai terminar. Surge então uma pergunta: que pretende esta estrada, parando em frente à ilha? Torna-se evidente que não ficará só até ali, pretendendo-se cortar o Parque Indígena com uma estrada, crime que precisa ser evitado, segundo Pedro Terra, pois colaborará para a extinção mais rápida dos indígenas.

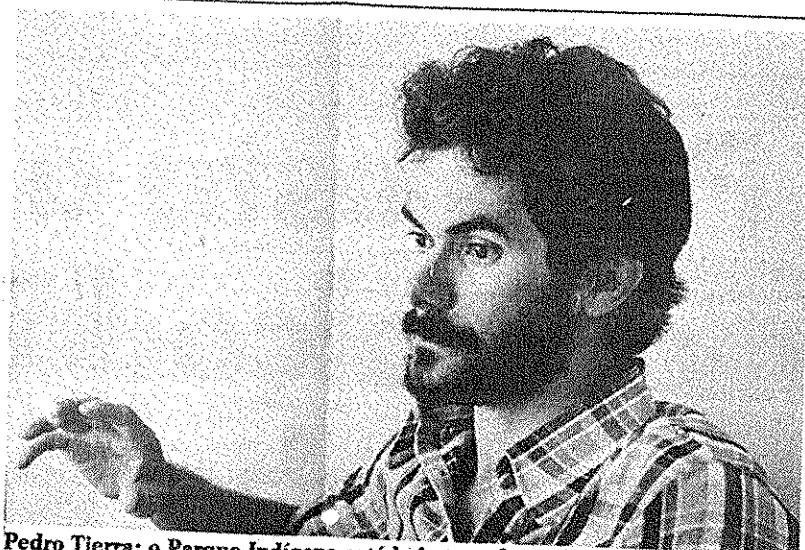
A realidade é que a Ilha do Bananal que já foi o paraíso dos Karajás é hoje o paraíso do boi. Contra o Estatuto do Índio, a Funai arrenda as terras da ilha aos grandes latifundiários da região e aos 14 mil sertanejos que hoje

moram dentro do Parque Indígena. A ilha é uma terra ameaçada pela 150 mil reses que passam por ela anualmente; pelos caçadores profissionais que exterminam a fauna e utilizam os próprios índios como instrumentos de destruição pela irresponsabilidade do turismo depredador; pela estrada que ameaça atravessar o Parque Indígena com sua esteira de mutilações, misérias, epidemias e desintegração; pelo apetite dos grandes arrendatários que querem transformá-la num imenso campo de pastagens; pela destruição de suas matas que dão lugar a uma população sertaneja cada vez maior; pela reabertura do Hotel JK, que levará para dentro das aldeias a cachaça e a prostituição; pelo campo de pouso explorado pela FAB e pela Votec, que converte os índios em serviços dos viajantes.

Expulsos da terra onde nasceram, os sertanejos se fizeram retirantes. Muitos vieram do Nordeste, outros dos estados mais próximos como Goiás, Mato Grosso e Maranhão. O latifúndio os atirou sobre as terras dos índios. Hoje somam 14 mil, pagando impostos à Funai por metro de arame esticado, por metro quadrado construído, por cabeça de gado criada.

Eles reconhecem o direito dos Karajás e Javaés às terras da Ilha do Bananal. Entretanto, quem reconhece seus direitos? Para onde irão essas três mil famílias.

Essas exigências não poderão ficar sem respostas. E é em relação a essa nova luta que se propõe a trabalhar a Comissão Ilha do Bananal, ao abrir o debate da próxima terça-feira em Brasília.



Pedro Terra: o Parque Indígena está hoje transformado numa grande capoeira.